



Câmara Municipal de Vitória Estado do Espírito Santo

DESPACHO

Ao SAC/DEL

Processo n°: 8480/2018

Projeto de Lei nº: 157/2018

Assunto: "Altera o art. 102 e o art. 142 da Lei nº 2.994, de 17 de

dezembro de 1982".

Senhor Diretor

O Vereador Mazinho dos Anjos, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo a solicitação deste departamento, em decorrência das Licenças concedidas ao presidente e vice- presidente da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação para concorrer em elejções, DESIGNA-SE para relatoria do processo em epígrafe, o vereador , nos termos do art. 77, IV do Vinginia Brandas Regimento desta Casa.

Cumpre ressaltar, que o prazo para apresentação do parecer pelo relator designado são de 10 (dez) dias, conforme o que preceitua o art. 77, V da Resolução n.º 1.919/13, vejamos:

> Art. 77 As Comissões Permanentes observarão os seguintes preceitos:

V. prazo de dez dias úteis para que o Relator apresente parecer;

pedido presentes autos, devolvo os Oportunamente, serventia, para as providências de estilo.

Vitória, 21 de Setembro de 20√8.

MAZINHO DOS ANJOS Vereador - PSD

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788 – Ed. Paulo Pereira Gomes – 6º Andar – Sala 602 – Bento Ferreira – Vitória – ES CEP 29050-940 – Telefones:3334-4535 / 3334-4536 – e-Mail: gabinete.mazinhodosanjos@vitoria.es.leg.br



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espirito Santo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

PROCESSO: 8480/2018

PROJETO DE LEI: 157/2018

AUTOR: Prefeitura Municipal de Vitória

EMENTA: Altera o art. 102 e o art. 142 da Lei nº 2.994, de 17 de

dezembro de 1982.

RELATOR: Virgínia Brandão

I - RELATÓRIO:

De autoria da Prefeitura Municipal de Vitória, o referido Projeto de Lei altera o art. 102 e o art. 142 da Lei nº 2.994, de 17 de dezembro de 1982, ajustando a legislação conforme a Constituição Federal de 1988.

Em atendimento no disposto no artigo 202 do Regimento Interno desta casa de Leis, a propositura esteve em pauta por três sessões ordinárias e sem apresentação de emenda.

O processo foi recebido em nosso gabinete para emissão de parecer pela Comissão de Constituição, Justiça, Serviço público e

8180 OG W

redação, nos termos do artigo 61 do Regimento Interno, que dispõe sobre as competências da Comissão.

É o relatório.

II - PARECER:

O referido Projeto de Lei em análise, terá a observância do artigo 61, inciso I do Regimento Interno, a qual estabelece que compete à Comissão de Constituição, justiça, serviço público e redação opinar sobre questões que dizem respeito a constitucionalidade e legalidade da matéria.

Na comissão de Constituição, Justiça, Serviço Publico e Redação, é realizado o controle de constitucionalidade preventivo, com a finalidade de impedir determinada norma incostitucional entre no sistema juridico.

O presente projeto de Lei tem por objetivo alterar o art. 102 e o art. 142 da Lei nº 2.994, que institui o Regime Jurídico dos Funcionários Publico do Município de Vitória — Estatuto dos Funcionários Públicos, de 17 de dezembro de 1982, ajustando a legislação conforme a Constituição Federal de 1988.

Vejamos abaixo a alteração proposta pela Prefeitura de Vitória:

Lei n° 2.994, de 17 de dezembro de 1982	Projeto de Lei nº 157/2018		
poderá obter licença sem vencimentos	Art. 102 - Após <u>finalizado o estálio probatório</u> , o funcionário efetivo poderá obter licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares, até no máximo de 04 (quatro) anos.		
	Art. 142 - Sem prejuízo do vencimento, o servidor poderá faltar ao serviço até 08 (oito) dias consecutivos, por motivos:		
	I - de seu casamento ou relistro em		

PRC FOLHA

Art. 142 - Sem prejuízo do vencimento, cartório da União Estável: o funcionário poderá faltar ao serviço II - ou falecimento do casamento ou seu motivos de falecimento do cônjuge, pais, filhos, irmãos so ros avós e bisavós. irmãos, sogros e avós.

até 8 (oito) dias consecutivos, por companheiro, pais, padrasto, madrasta, de filhos enteados netos bisneto

Estatuto dos art. 102 do alteração proposta no Funcionários Públicos de Vitória, tem ligação direta com nossa Carta Magna, através da Emenda constitucional nº 19, em seu art. 6° onde alterou o estágio probatório para 03 (três) anos, vejamos:

> Art. 41 - São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998) (grifo nosso)

há dúvida, portanto, de que para os servidores admitidos a partir de 04/06/98 (dia da promulgação da Emenda Constitucional n° 19), o prazo de estágio probatório é de três anos.

A alteração do art. 142 justifica-se considerando as recentes legislações quanto a, (i) o reconhecimento da união estável para licença gala e nojo, (ii) ampliação da licença nojo para padrasto, madrasta, enteados, netos, bisnetos e bisavós, uma vez que para estes casos, não havia previsão legal.

O Projeto da Prefeitura Municipal de Vitória não viola a competência privativa da União ou competência concorrente da União e dos Estados, que pode ser conferida, respectivamente, artigos 22 e 24 da Constituição Federal.

Em analise a Constituição Federal, em seu artigo 30, inciso I, dispõe:

> Art. 30 - Compete aos Município: I- legislar sobre assuntos de interesse local;

CÂMAPA MUNICIPAL D

o interesse local <u>não deve ser entendido como aquele</u> exclusivo do <u>Município</u> <u>mas seu interesse predominante</u> <u>que o afete de modo mais direto e imediato</u> consoante lição de Dirley da Cunha Junior (in "Curso de Direito Constitucional", 2ª edição, Salvador, Juspodivm, p. 841).

Ainda, não viola a iniciativa privativa do Executivo Municipal, conforme dispõe o artigo 80, parágrafo único da Lei Orgânica de Vitória;

Art. 80 A iniciativa das Leis
complementares e ordinárias, satisfeitos
os requisitos estabelecidos nesta Lei
Orgânica, cabe a:

(...)

Paragrafo único. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as Leis que disponham sobre:

 I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Poder
 Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Executivo,
provimento de cargos, estabilidade e
aposentadoria;

III - criação e extinção de Secretarias e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 113, inciso V.

Quanto à técnica legislativa, segundo a Lei Complementar Federal n° 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis, a matéria mostra-se perfeita.

Visto que, não existe óbice para a tramitação do referido projeto de Lei, segue o voto.

III - VOTO



Após a análise técnica especializada quanto aos aspectos legais da proposição, no sentido de que a mesma encontra-se de acordo com os ditames constitucionais e legais pertinentes à matéria, opinamos pela **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE** do Projeto de Lei 157/2018.

Palácio Atílio Vivácqua, 02 de outubro de 2018

Virgínia Brandão

Vereadora - PPS





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA Estado do Espirito Santo

DESPACHO

Ao SAC/DEL

Processo: 8480/2018

Projeto de Lei: 157/2018

Assunto: Despacho referente ao parecer anexo para a Comissão de

Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação.

Senhor Diretor,

A Vereadora **Virgínia Brandão**, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo as disposições da Resolução nº 1.919/2014, que dispõe sobre o Regimento Interno desta casa de Leis, devolve, com fulcro no art. 77, V, o processo nº 8480/2018 com o parece pela Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação anexo.

Ademais, me coloco a disposição para eventuais dúvidas e contratempos.

Palácio Atílio Vivácqua, 02 de outubro de 2018

Virgínia Brandão

Vereadora - PPS





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

CONCEDIDO VISTA

Solicitado pelo Vereador Sandro Paurini

Presidente Comissão

Prazo limite para devolução ao S.A.C. (Serviço de Apolo às Comissões até

Em 11/10/18.

Secretaria do S.A.C.

Ao Del SAC,

Visto. 16/10/18

Sandro Parcini
Vereador - PUT
CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA



PROCE 30	F LHA	DE VITÓRIA RUPT DA
8480	77	16

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

CONCEDIDO VISTA

Solicitado pelo Vereador

Presidente Comissão

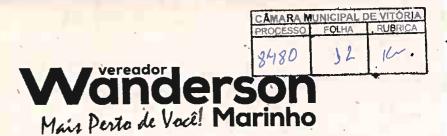
andusion Maninho

Fm 18110118

Prazo limite para devolução ao S.A.C. (Serviço de Apoio às Comissões até

Secretaria do S.A.C.

A STATE OF THE STA



Projeto de Lei

processo nº 547/018

procedência: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

O projeto de Lei nº. 8480/2018, proveio do Ilmo chefe do Executivo Municipal de Vitória, cujo processo teve parecer da nobre Relatora Vereadora Virgínia Brandão, que brilhantemente fundamentou seu voto.

Entretanto os principais interessados no objeto deste PL ainda não fora consultado, qual seja-a classe dos servidores públicos municipais, portando, percebe-se a necessidade da marcação de uma audiência pública tratando da matéria.

Valendo das suas prerrogativas, incumbe a essa diligência consoantes o Art. 234, e seu IV, do Regimento Interno da Câmara Municipal dos Vereadores de Vitória, requer a interrupção do prazo de Vistas deste processo, até que haja a consulta a sociedade e assim seja formada a opinião deste Vereador.

Edificio Paulo Pereira Gomes, 22 de outubro de 2018.

Wanderson Marinho

Vereador - PSC

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes 1788, Bento Ferreira, CEP 29050-940 Vitória/ES E-mail: wandersonmarinho@vitoria.es.leg.br - Tel. (27) 3334-4564 / 4565

Matéria: Projeto de Lei 157/2018

Reunião:

ComisCÂMARA2MUNICIPAL DE VITÓRIA

Data:

25/10/2018 - 15:24: ESTADO 25028 SPÍRITO SANTO

Tipo:

Nominal

Turno:

Ata

Quorum:

Total de Presentes: 5 Parlamentares

Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
Leonil	PPS	Sim	15:25:11
Mazinho dos Anjos	PSD	Sim	15:25:15
Sandro Parrini	PDT	Sim	15:25:09
Virginia Brandão	PPS	Sim	15:25:18
Wanderson Marinho	PSC	Sim	15:25:22
	Leonii Mazinho dos Anjos Sandro Parrini Virgínia Brandão	Leonil PPS Mazınho dos Anjos PSD Sandro Parrini PDT Virginia Brandão PPS	Leonil PPS Sim Mazınho dos Anjos PSD Sim Sandro Parrini PDT Sim Virginia Brandão PPS Sim

Totais da Vota ão :

SIM 5

NÃO

TOTAL

PRESIDENTE

SECRETARIO